

Dinâmicas de Bem-estar e Pobreza da População Idosa Moçambicana

Sumário dos Resultados Preliminares

**António Francisco
Gustavo Sugahara
Peter Fisker**



www.iese.ac.mz/age/age.html

Indy Village, 15 de Maio 2013

Maputo

1. INTRODUÇÃO

1. O presente sumário reúne os principais resultados da pesquisa realizada pelo IESE, em parceria com a HelpAge Internacional, intitulada: *Dinâmicas de Bem-estar e Pobreza da População Idosa Moçambicana*. A pesquisa iniciou em Dezembro de 2012 e deverá terminar em finais de Maio próximo. Após o seminário, o relatório final será publicado em Inglês e Português. A equipa de pesquisa aproveita antecipadamente para agradecer as sugestões, dúvidas, críticas e comentários ao estudo, no seminário ou enviados por via electrónica.¹

1.1. Objecto da pesquisa

2. O objecto e foco principal da pesquisa é a população com 60 anos e mais anos de idade, sendo esta a definição operacional utilizada como referência de idoso ou população idosa. Em situações específicas serão usadas ao longo do texto, outras referências de idade, por exemplo, 65+ ou 80+.

1.2. Objectivos da pesquisa

3. Identificar e analisar as características das condições de vida da população idosa, principalmente as características e determinantes dos fluxos intergeracionais, entre a população idosa e outros grupos etários (jovens e adultos), da população moçambicana. Entre as questões de investigação que orientaram a pesquisa, as três interrogações seguintes resumem o essencial dos objectivos específicos da pesquisa:
 - A população idosa é ou não mais pobre do que o resto da população moçambicana? Em particular, os idosos rurais são ou não mais pobres do que os idosos urbanos?
 - Estará Moçambique a transformar o aumento da longevidade numa conquista ou num fardo para a sua sociedade?
 - A pensão universal para idosos justifica-se por razões caritativas ou por razões estruturantes da família e da população como instrumento de desenvolvimento e coesão social?

1.1. Metodologia aplicada

4. Análise de bases de dados com representatividade estatística nacional, nomeadamente os Inquéritos aos Agregados Familiares (IAFs) e o Censo 2007 do Instituto Nacional do Estatística (INE), adicionada por literatura secundária e dados das projecções demográficas da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU).
5. O relatório principal do estudo está organizado em quatro partes:

Parte I: Quem são os idosos moçambicanos? Quantos são? Analisa-se o próprio conceito de idoso, reconhecendo que em termos sociológicos e culturais, a noção de idoso (pessoa idosa ou vulgarmente designado por "velho") está longe de ser um conceito estático e definível de forma rígida. A Parte I do estudo, fornece ainda um enquadramento da população idosa, no tempo e no contexto macro-demográfico, tendo em conta as características do processo de transição demográfica moçambicana.

Parte II: Idosos moçambicanos são menos pobres do que o resto da população? Apresenta a análise da pobreza do idoso, comparando métodos distintos de medição da pobreza entre idosos: (i) Indicadores convencionais de pobreza absoluta e relativa, baseados no consumo; (ii) um novo indicador, designado Índice Morris, que mede a posse de activos, ou neste caso específico, "bens duráveis" (veículos, casa de banho, animais, rádio, computador, entre outros).

Parte III: Pensão universal para idosos como instrumento de desenvolvimento - Questiona o que é razoável considerar-se numa pensão universal digna para idosos em Moçambique, e compara os resultados de três cenários de impacto na pobreza e custos financeiros de uma pensão universal, em vez de parcial.

Parte IV: Conclusões – Três conclusões que respondem a cada uma das questões enunciadas no parágrafo 3, esperando-se que o seminário contribua para apreciar a sua relevância para a melhoria das políticas públicas.

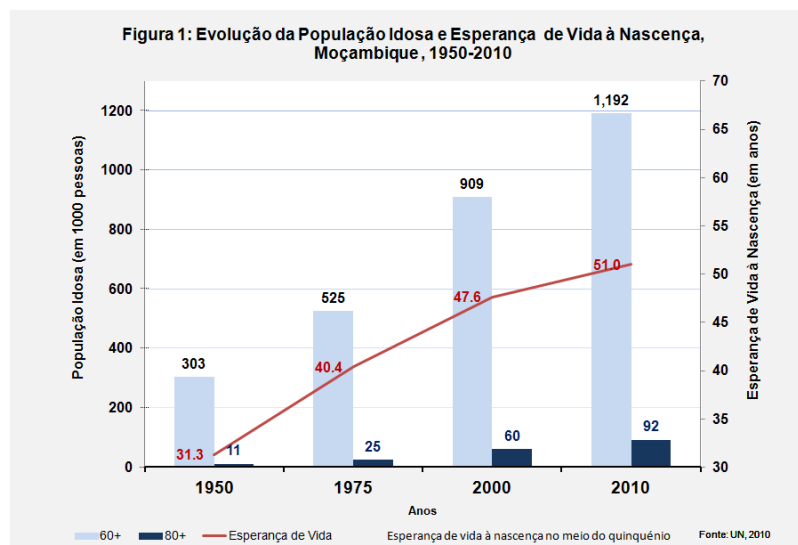
¹Emails podem ser enviados para: aasfrancisco@gmail.com; gustavo.toshiaki@gmail.com, ou peter@fiskers.dk.

PARTE I:

QUEM SÃO OS IDOSO MOÇAMBICANOS?

QUANTOS SÃO?

6. Para vários fins, principalmente na análise demográfica da população e também nas acções de política pública (e.g. definição de elegibilidade a certos benefícios), o conceito de "idade" tal como o de "sexo" são cruciais. A idade e o sexo constituem as variáveis definidoras da estrutura da população, correspondendo-lhes na estrutura sociocultural os conceitos de geração e género.
7. O conceito de idoso ou velhice varia de acordo com o contexto social. Em muitos países desenvolvidos, a idade de 65 anos é normalmente usada como um ponto de referência para a velhice, por ser a idade em que uma parcela da população se torna elegível para pensões completas e outros benefícios previdenciários. Mas vale lembrar que, há dois séculos atrás, a esperança de vida global rondava os 30 anos de idade. Ou seja, mesmo nestes países, ainda podemos observar novas mudanças, como reportou recentemente o Financial Times: "Cientistas afirmam que 72 é o novo 30".²
8. No caso de Moçambique, diferentemente de muitos países do Mundo, os avós, muitos no grupo dos 30-40 anos, não se parecem com os avós europeus, geralmente com cabelos grisalhos, rondando os 60 anos de idade. Na verdade, andando pelas ruas das cidades moçambicanas é fácil perceber que o cabelo branco, que normalmente é um indicativo de idade, ainda é raro no panorama.
9. Moçambique possui uma das populações mais jovens do Planeta, com uma idade mediana de 17 anos de idade, significando que metade da população moçambicana tem menos de 16 anos a nível rural, e menos de 19 anos a nível urbano.
10. A conjugação do aumento da esperança de vida à nascença e o efeito do crescimento demográfico (cerca de 2,2% ao ano) têm gerado um aumento do efectivo de pessoas com 60 e mais anos de idade. De um total de 300 mil idosos em 1950, o efectivo de idosos atingiu meio milhão em 1975. Actualmente a estimativa é de 1,2 milhões (cerca de 5% da população total, que foi estimada em 23,9 milhões em 2010 (variante média da ONU). O total de idosos com 80 e mais anos de idade, rondam 90 mil pessoas (Figura 1).



11. Presentemente, 1,2 milhões de idosos moçambicanos representam o terceiro maior efectivo de idosos na África Austral. Um efectivo que, considerado no contexto nacional, é ligeiramente superior à força de trabalho assalariado, estimada pelo Censo 2007, em um milhão de pessoas) e ligeiramente inferior ao número de crianças e adolescentes entre os sete e 14 anos de idade envolvidas no trabalho infantil.

² "Scientists claim 72 is the new 30", <http://www.ft.com/cms/s/0/16f44f3e-7d24-11e2-adb6-00144feabdc0.html#axzz2S1MnpPSy>.

12. Este efectivo representa uma parcela pequena na população total moçambicana, o qual está em crescimento devido à transição do regime demográfico antigo, assente em altas taxas vitais (mortalidade e natalidade), para um regime de baixas taxas vitais. Este processo é conhecido internacionalmente por transição demográfica. Desde que a mortalidade começou a diminuir de forma sustentável, na primeira metade do século XX, o crescimento da população acelerou, o que deu origem ao aumento do número de idosos. Este aumento deverá continuar, enquanto a natalidade não diminuir para níveis similares ao da mortalidade.

2. Idosos: Privilegiados da Longevidade, mas...

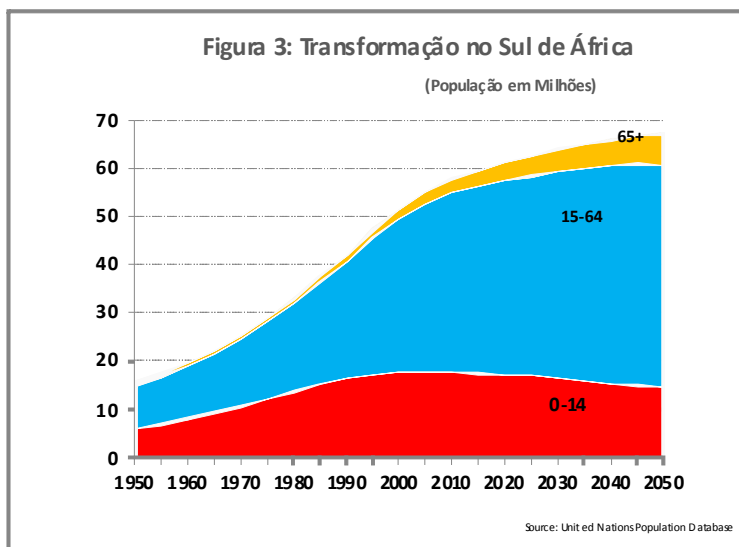
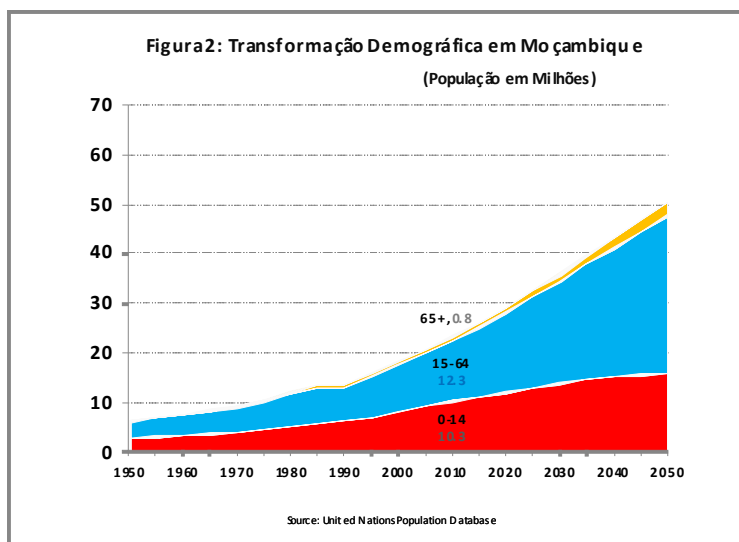
13. Considerando que a esperança de vida à nascença do moçambicano ronda os 50 anos de idade, num mundo onde os 70 anos correspondem à média internacional, os actuais 5% de idosos moçambicanos, podem ser vistos como verdadeiros privilegiados das conquistas do desenvolvimento. Privilegiados, no sentido de que, do total de pessoas que nascem, só cerca de 5% atingem os 60 anos de idade.

14. Moçambique encontra-se numa fase incipiente da transição demográfica, lenta e mais atrasada do que a transição demográfica global, incluindo os países vizinhos do sul de África. Por isso, espera-se que ao longo da primeira metade do corrente século XXI, a população moçambicana permaneça mais jovem do que as populações de "southern Africa" - grupo de países designado pela ONU (África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Zimbábwe). Esta diferença na estrutura etária da população é ilustrada pelas Figura 2, sobre Moçambique, e a Figura 3, de cinco países do sul de África.

15. De acordo com as Figuras 2 e 3, entre 2010 e 2050, prevê-se que a população jovem moçambicana cresça a uma taxa média anual de 1,4%, contra 2,4% da população adulta e 2,8% da população idosa. Por outro lado, para o grupo populacional do sul de África, prevê-se uma taxa média anual negativa (-0,4%) na população jovem; 0,8% na população adulta e 2,5% na população idosa (ver Tabela 1 na próxima página). As diferenças de comportamento da estrutura etária reflectem diferenças na posição e ritmo de transição demográfica dos países; nomeadamente a transição da fecundidade, a qual tem um efeito predominante no processo de envelhecimento populacional.

16. Da análise demográfica de longo prazo, é possível perceber que a população moçambicana é e continuará a ser, ao longo da primeira metade do século XXI, predominante jovem. Em rigor, a população

moçambicana ainda não está a envelhecer; ou melhor, antes de envelhecer deverá passar pela maturidade, o que em si terá uma oportunidade para se prevenir e garantir poupanças para quando ela se tornar envelhecida. Presentemente, 14% de idosos é reconhecido como o limiar a partir do qual se considera uma "sociedade envelhecida" (*aged society*). No caso de Moçambique poderá ser mais ou menos lento, dependendo principalmente do ritmo de transição da fecundidade que por enquanto começou só em algumas regiões urbanas (e.g. Cidade de Maputo).



17. Se as actuais projecções de longo prazo da ONU se confirmarem, por volta de 2080 a proporção de idosos moçambicanos rondará os 14,5%, numa população total que se estimará em 70 milhões de habitantes. O que é que isto significa em termos práticos, a curto e a médio prazo? Significa que apesar do processo de envelhecimento populacional ser relativamente lento, o efectivo de idosos aumentará em termos absolutos, dos actuais 1,2 milhões para cerca de 10 milhões dentro de sete décadas. Ou seja, mesmo sem envelhecimento, Moçambique irá ter mais idosos.

3. ... Vítimas do seu Sucesso?

18. Se não houver nenhuma outra razão para se afirmar que o bem-estar dos moçambicanos tem melhorado, pelo menos existe uma evidência empiricamente verificável. A esperança de vida à nascença e em todos os grupos etários tem aumentado. Sendo o prolongamento da vida uma das principais, senão mesmo a principal aspiração do ser humano, o aumento da esperança de vida testemunha um certo sucesso do desenvolvimento humano contemporâneo.

19. As pessoas ao desfrutarem da oportunidade de poderem ter uma vida mais longa, consciente ou subconscientemente, pretendem viver em condições minimamente dignas. Será que o aumento da esperança de vida dos idosos está a acontecer num ambiente de qualidade minimamente adequada para que as pessoas se sintam felizes?

20. Na Parte II deste estudo, procura-se medir os níveis de bem-estar e pobreza dos idosos em comparação com o resto da população. De imediato adianta-se dois pontos a partir da literatura disponível. (i) Diferentes indicadores internacionais têm sido usados para medir o desenvolvimento humano (e.g. Índice de Desenvolvimento Humano; Índice de Pobreza Multidimensional), a prosperidade e bem-estar e qualidade de vida (e.g. Índice de Prosperidade Legatum). (ii) A literatura secundária, académica e jornalística, tem reunido evidências empíricas que indicam que a maioria dos idosos vive em condições de pobreza e elevada precariedade, senão mesmo na pobreza extrema ou indigência. Por outro lado, o fenómeno da descriminalização e agressão pessoal e social contra os idosos tem sido crescente e sucessivamente reportado na imprensa nacional, e por diversos observadores e analistas individuais.³

21. As evidências anedóticas disponíveis são manifestações de um fenómeno mais complexo, mas também difícil de visualizar como tal, associado à ruptura do regime demográfico antigo, em que os idosos desempenhavam através das relações de hierarquia da idade, funções sociais prestigiantes e valiosas para a coesão social. Em outras palavras, durante milhares de anos à posição hierárquica que os idosos tinham na chamada pirâmide etária da população, correspondia também um papel de prestígio e de topo em termos sociais. O que se observa presentemente é que enquanto os idosos continuam estruturalmente no topo da

	2010
População e grupos etários	
População Total (em milhares)	23,391
Densidade populacional (pessoas por km ²)	29
Idade mediana (em anos)	17,8
População com 60+ anos de idade (em milhares)	1,192
População com 65+ anos de idade (em milhares)	773
População com 80+ anos de idade (em milhares)	92
Porcentagem da população menor de 15 anos	44%
Porcentagem da população com 15-24 anos	20%
Porcentagem da população com 15-64 anos	53%
Porcentagem da população com 65+ anos	3.3%
	2010-2015
Taxas de crescimento populacional	
Taxa anual de crescimento populacional (%)	2,2%
Tempo de duplicação populacional (em anos)	31
Taxa anual de crescimento menor de 15 anos (%)	1,4%
Taxa anual de crescimento dos 15-64 anos (%)	2,4%
Taxa anual de crescimento maior de 65 anos (%)	2,8%
Mortalidade e Natalidade	
Taxa Bruta de Mortalidade (TBM), por mil pessoas	13.8
Mortalidade infantil (menos de um ano) por mil nados vivos	78
Mortalidade com menos de 5 anos por mil nados vivos	123
Esperança de vida à nascença (em anos)	51
Esperança de vida aos 65 anos de idade (em anos)	13
Taxa Bruta de Natalidade (TBN), por mil pessoas	36.3
Taxa Global de Fecundidade (TGF) (filhos por mulher)	4,7
Nota: os dados baseiam-se na projecção da ONU para o período 2010-20100 baseada na variante de fecundidade média	

³ "Moçambique: 16 idosas assassinadas este ano acusadas de feitiçaria", http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2182334&seccao=CPLP. "Idosa linchada em Morrumbala acusada de feitiçaria", <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/10/idosa-linchada-em-morrumbala-acusada-de.html>.

pirâmide do ponto de vista demográfico , em termos sociais, encontram-se vulnerabilizados e colocados na base da pirâmide social. Esta constatação merece ser substanciada através de indicadores de medição dos seus níveis de bem-estar e de pobreza, bem como o seu papel nos fluxos intergeracionais de riqueza.

PARTE II:

IDOSOS MOÇAMBICANOS SÃO MENOS POBRES QUE O RESTO DA POPULAÇÃO?

22. Seria razoável e legítimo admitir que a população idosa, pelo simples facto de ter tido mais anos de vida para poupar e acumular recursos, exiba evidências de mais posse de activos e bens duráveis do que o resto da população. Será isso o que acontece em Moçambique?
23. Antes de procurar responder à pergunta anterior na base dos dados disponíveis, convém reconhecer que a hipótese acima referida ignora acontecimentos e contextos históricos específicos (e.g. guerra, crises económicas, efeito de certas políticas públicas em determinados grupos populacionais, etc.), factos que dificilmente podem ser captados pelos dados estatísticos dos censos e inquéritos nacionais.

4. Características dos Agregados em Diferentes Perspectivas

24. Como os agregados familiares constituem a principal unidade de análise da pobreza, vale a pena reunir algumas das principais características a respeito da sua composição e localização. A Tabela 2 mostra a percentagem de famílias em diferentes perspectivas relacionadas com os idosos.
25. Apesar das mulheres representarem mais de 50% da população total, apenas 31% das famílias são chefiadas por elas e 17% possui pelo menos um idoso, um ponto que deve ser retido porque será retomado quando se abordar o impacto das políticas públicas focalizadas nos idosos.
26. Outra característica importante, é o facto de 10% das famílias terem pelo menos um membro idoso e uma criança, cerca de 6% dos agregados, não possuem membros em idade convencional no mercado laboral, sendo o grupo mais vulnerável da sociedade. O relatório final apresenta outros dados sobre as diferenças, por província e residência.

Tabela 2: Composição Agregados Familiares por Sexo, Grupos Etários e Residência, Moçambique			
Em percentagem	Urbano	Rural	Total
Chefiados por Homem	20.2	48.7	68.9
Chefiados por Mulher	8.4	22.7	31.1
Chefiados por Idoso (65+)	3.2	11.1	14.3
Chefiados por Idoso (60+)	2.1	7.6	9.7
Chefiados por Idoso (70+)	1.2	4.7	5.9
Agregados com Idoso (60+)	4.2	13.0	17.2
Agregados com Idoso (60+) e Criança (0-14)	2.7	7.3	10.0
Agregados sem Membro em Idade de Trabalhar (15-59)	0.9	4.6	5.5
Fonte: INE, Censo 2007			

5. Pobreza na Perspectiva do Consumo

27. Neste estudo, a análise dos indicadores de pobreza com base no consumo, tomou como referência analítica e metodológica, os estudos oficiais, sobretudo as avaliações de pobreza realizadas pelo Governo Moçambicano, bem como as novas estimativas da pobreza oficial, realizadas em 2012 pelo Banco Mundial, resultantes correção dos erros estatísticos identificados nas bases de dados.

28. Neste estudo a taxa de pobreza calculada baseia-se apenas no conjunto de dados do IOF, enquanto no estudo do Banco Mundial os resultados da pobreza derivam da articulação dos dados do IOF e do censo 2007. Por isso, existe uma ligeira diferença nos indicadores obtidos aqui relativamente aos resultados do estudo do Banco Mundial; mas no essencial a metodologia e linha da pobreza são iguais às que foram usadas no estudo do Banco Mundial.

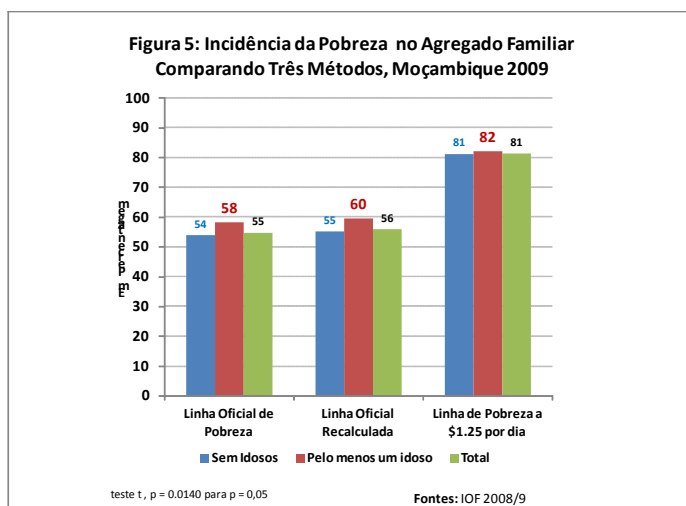
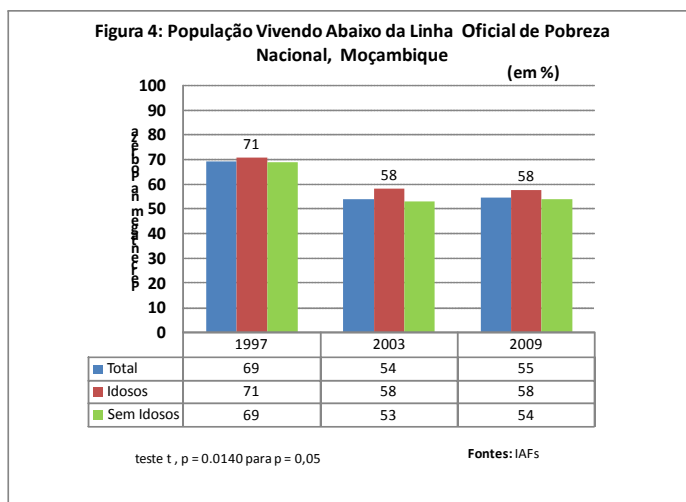
29. A análise efectuada no âmbito deste estudo revela que os agregados familiares com idosos são em geral mais pobres do que o resto da população. Tomando como referência a linha oficial de pobreza estimada pelo Governo, observa-se que 58% dos agregados familiares com idosos vivem abaixo da linha da pobreza, contra 54% de agregados familiares sem idosos. Por outro lado, como ilustra a Figura 4, a tendência da incidência de pobreza nacional dos idosos, parece acompanhar a tendência da pobreza de toda a população.

30. A anterior constatação é confirmada por outros métodos de estimativa de pobreza. De acordo com a revisão das estimativas oficiais de pobreza no estudo do Banco Mundial, as diferenças regionais da pobreza agravam-se nas zonas rurais e em outras regiões. Este panorama diverge das estimativas oficiais do Governo, as quais foram significativamente influenciadas por erros estatísticos identificados posteriormente.

31. A Figura 5 compara três linhas de pobreza diferentes, referentes ao ano 2009, nomeadamente: a linha oficial de pobreza nacional (5%), a linha oficial de pobreza recalculada (56%) e a linha internacional de pobreza (81%, que equivale a \$1,25 por dia/pessoa). As três opções apresentam um padrão semelhante: Famílias com idosos são mais pobres do que o resto das famílias moçambicanas.

32. A Figura 5, ilustra a tendência da incidência de pobreza nacional, comparando a população total com a população com pelo menos um idoso, segundo três métodos de estimativa da pobreza. Tal como acima se indicou, em todos os métodos usados, a tendência da incidência de pobreza da população com idosos acompanha a tendência da pobreza de toda a população.

33. As diferenças entre a estimativa oficial do Governo moçambicano e a estimativa recalculada pelo Banco Mundial e a incidência de pobreza internacional são particularmente relevantes a nível regional, urbano versus rural, e interprovincial. De facto este método parece mais consistente com outros indicadores de bem-estar social e económico. Contrariamente à imagem inicial oficial, os dados revelam que a pobreza nas zonas rurais e em particular nas regiões do norte e do centro, é mais grave do que nas zonas rurais e região sul do país. Este panorama é confirmado pelo presente estudo focalizado na pobreza dos idosos.



6. Bem-estar e Pobreza na Perspectiva dos Activos

34. A análise da pobreza na perspectiva do consumo incide sobre factores e circunstâncias de curto prazo, mas na vida individual e familiar, a segurança humana precisa de ser complementada por factores e activos com duração temporal maior, de médio e longo prazo.

35. Durante a predominância do regime demográfico antigo (com altas taxas vitais) e economias de subsistência e reprodução produtiva simples e limitada, a aposentadoria dos idosos era assegurada através de uma elevada fecundidade. Por isso, como tem sido sublinhado em trabalhos anteriores sobre protecção social do IESE, ter muitos filhos foi, durante muito tempo, e continua a ser em grande parte da sociedade moçambicana, a principal forma de protecção social, sobretudo o principal garante de aposentadoria digna na velhice.
36. O aumento da esperança de vida tem implicações imediatas e profundas, na configuração das modalidades de protecção social e em particular de aposentadoria na velhice. Uma das implicações directas é a necessidade de se criar sistemas de aposentadoria diferentes dos sistemas antigos. Por isso surgiram, nos países mais desenvolvidos, sistemas diversos de poupança, por via dos sistemas financeiros modernos, e de acumulação de activos e capitalização individual e social.
37. Nesta perspectiva, os investimentos em activos (bens patrimoniais e valores financeiros) desempenham um papel importante, visto ser através deles que as pessoas procuram poupar, investir e acumular activos que lhes permitam fazer face a risco, imprevistos ou desfrutar dos seus benefícios económicos no futuro.

6.1. O Índice de Activos (Bens Duráveis)

38. Utilizando a técnica conhecida como Índice Morris pudemos aferir sobre a disponibilidade de activos ou bens duráveis por parte da população, usando neste caso os dados do Censo Populacional de 2007. Para cada família no censo, informação sobre os seguintes bens foi colectada: Fonte de água; materiais da parede da casa; materiais de piso; materiais do telhado, casa-de-balho; electricidade; veículo; rádio; computador; bicicleta, televisão; bovinos, ovinos e caprinos; galinhas.
39. A ideia por trás do uso do índice como indicador complementar de bem-estar, pressupõe que quanto maior for a posse de bens duráveis com valor, maior a riqueza relativa das pessoas. No Índice de Morris, UM (1) corresponde à disponibilidade de materiais ou do activo/bem durável específico, enquanto ZERO (0) é o contrário.⁴ Através deste índice é possível aferir se a população idosa tem mais ou menos activos do que o resto da população.
40. No caso particular desta pesquisa, a avaliação dos activos das famílias e pessoas só pode ser parcialmente realizado, devido à limitação das fontes de dados. Em rigor, os dados usados carecem de informação adequada sobre os que seriam os principais activos, principalmente os potencialmente mais valiosos (fundiários, imobiliários e financeiros). Contudo, é possível aproveitar o que os dados fornecem, aplicando neste caso o Índice Morris aos bens duráveis registados pelo Censo 2007 e os Inquéritos aos Agregados Familiares.

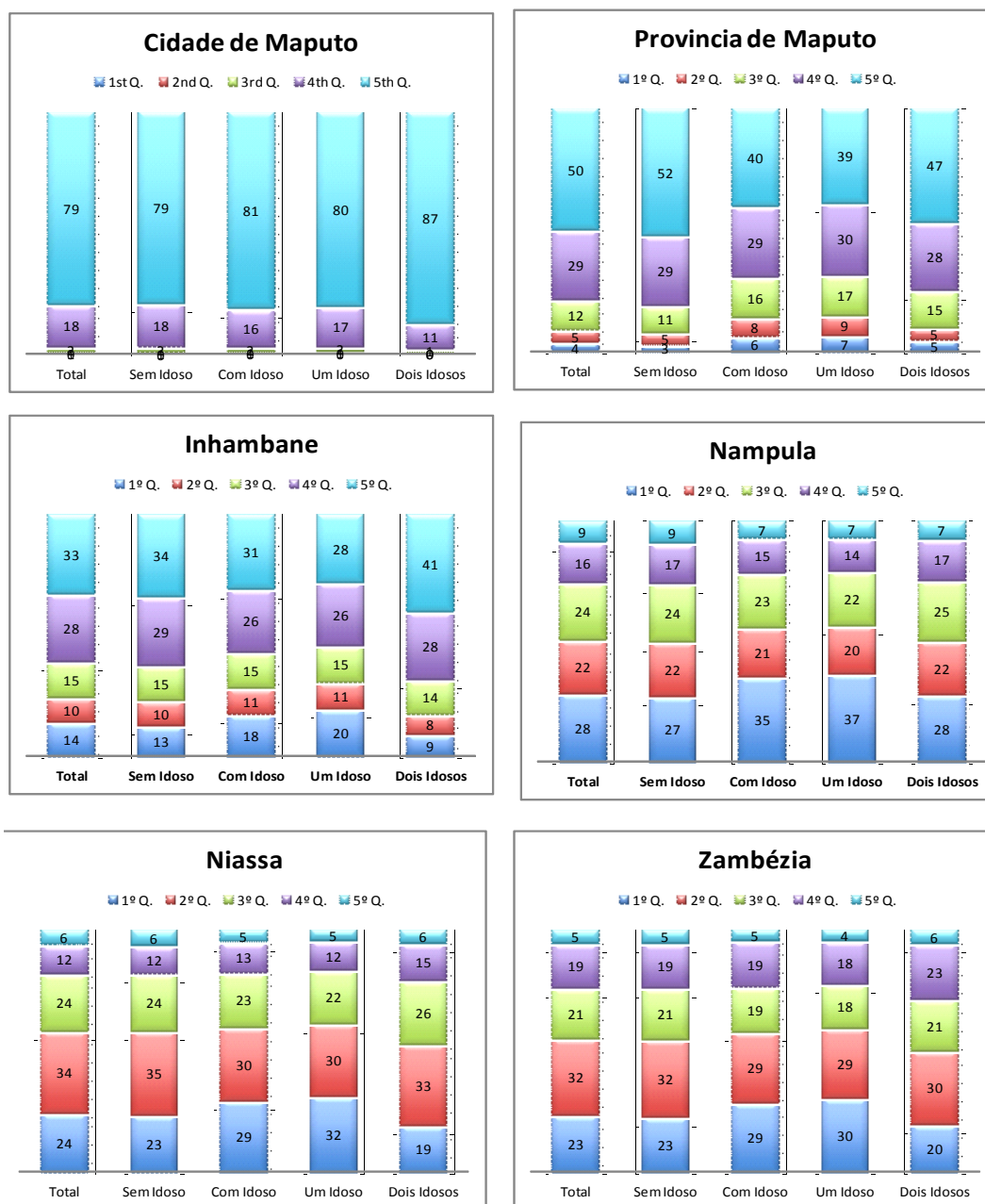
6.2. Similaridades Nacionais, Diferenças Regionais e Locais

41. A análise do bem-estar e da pobreza, com base nos bens duráveis dos agregados familiares, conduziu a resultados semelhantes aos anteriores a nível nacional, mas com importantes diferenças, quando os dados são desagregados para níveis menores, como a relação urbano-rural e as principais províncias administrativas. A Figura 7 ilustra os contrastes da disponibilidade de bens duráveis entre algumas das províncias, que de facto parecem mais consistentes com as novas estimativas da distribuição da pobreza sugeridas pelo estudo do Banco Mundial.

⁴ O Índice de Morris é calculado como a soma destas variáveis (X), multiplicadas por um peso (W) igual ao inverso da média da variável (isto é, a frequência com que a dummy se refere a um):

$$\text{Índice Morris} = \sum_{i=1}^N X_i * W_i, \quad \text{onde } W_i = \frac{1}{X_i}$$

Figura 7: Distribuição dos Grupos Populacionais de acordo com os Bens Duráveis, Segundo Quintis, Moçambique 2007

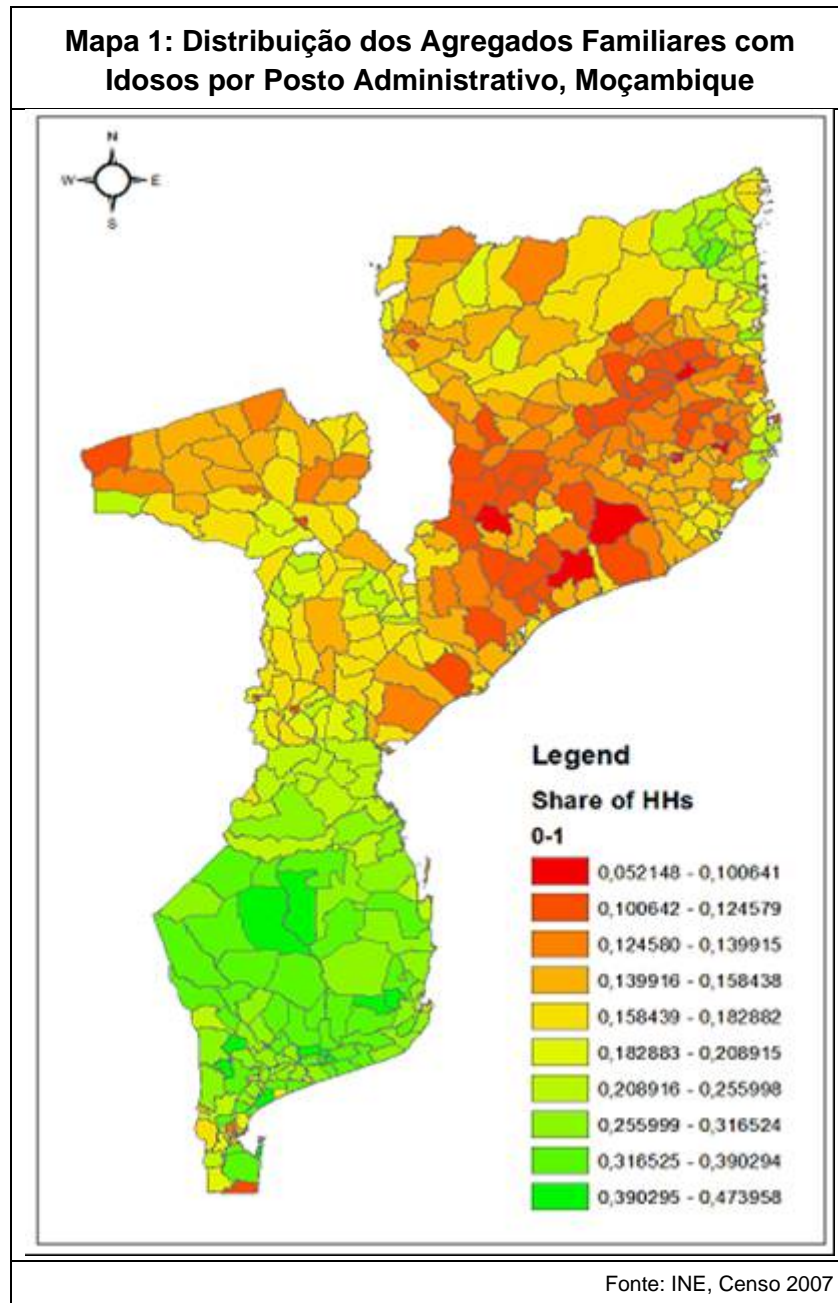


Fonte: INE, Censo 2007

42. O Índice Morris revela que os agregados familiares com idosos são os mais representados no grupo da população com menos bens, correspondente aos dois primeiros quintis, a nível nacional. Mas a nível desagregado, tanto regional e sobretudo local, as diferenças tornam-se notórias. Por exemplo, a Figura 7 ilustra as semelhanças entre os agregados nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, mas existe uma grande disparidade, quando comparamos estas com os agregados familiares da Cidade de Maputo. Na Capital de Moçambique, os 20% de agregados mais abastados com idosos (pelo menos um e sobretudo dois) concentram cerca de 80% dos bens duráveis. Nas províncias de Maputo e de Inhambane, embora em menor concentração, também apresentam nos dois quintis mais ricos; sendo visivelmente diferentes das três outras províncias do centro e do norte do país.
43. Outro aspecto importante, é que entre os agregados familiares mais pobres, os que possuem idosos, tendem a ser sobre-representados revelando-se os mais pobres dos pobres. Por outro lado, enquanto as famílias com apenas um membro idoso geralmente se apresentam mais pobres do que a população em geral, as famílias com dois idosos apresentam-se relativamente mais abastadas.

6.1. No Sul, Quase Metade das Famílias com Idosos

44.O Mapa 1 compara a percentagem de famílias com membros idosos por Posto Administrativo. As áreas verdes representam uma maior parcela de agregados familiares com pelo menos um idoso e as áreas vermelhas representam o oposto. O mapa ajuda-nos a visualizar a enorme diferença entre a região Sul e as regiões Centro e Norte em termos de composição do agregado familiar. Segundo o Mapa 1, na região sul de Moçambique 39% a 47% dos agregados familiares, têm pelo menos um membro idoso, enquanto no Centro, nomeadamente na Zambézia e em Nampula, somente 5% a 10% dos agregados, possuem idosos.



6.2. Onde Estão os Idosos Mais Pobres?

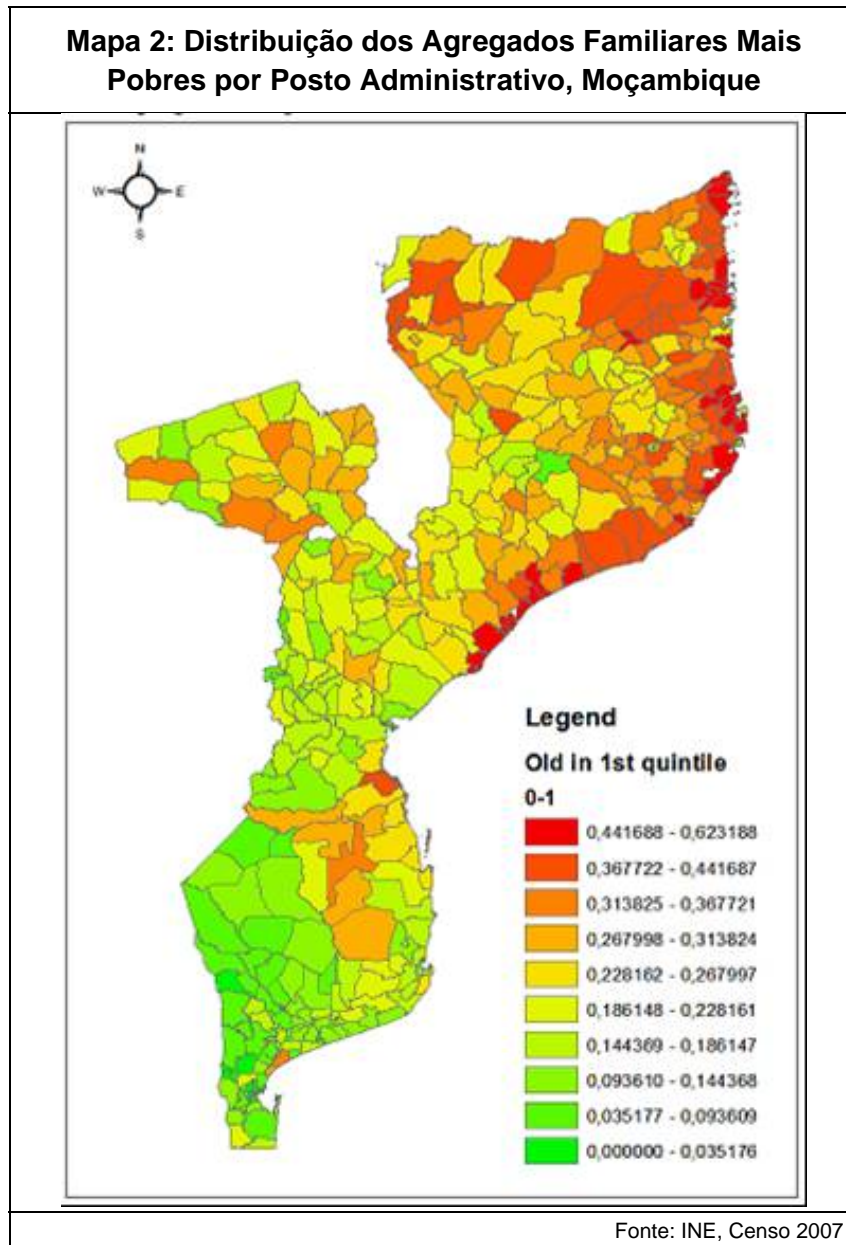
45.O Mapa 2 apresenta a composição do agregado familiar com os bens duráveis, segundo o Índice de Morris; ilustra a distribuição geográfica dos agregados com pessoas idosas no primeiro quintil, ou seja, os agregados mais pobres e com menos activos.

46.O Mapa 2 revela uma evidência algo surpreendente, para a qual será preciso procurar uma explicação. Os idosos mais pobres concentram-se no litoral centro-norte, principalmente na faixa entre Cabo Delgado e Zambézia. Nesta faixa

costeira mais de 45% dos agregados familiares com idosos pertencem ao primeiro quintil da distribuição de activos. Em contrapartida, no sul, menos de 15% dos agregados familiares pertencem ao quintil "mais pobres".

47. Em Cabo Delgado, a percentagem de famílias no primeiro quintil ronda os 30%, mas quando consideramos apenas as famílias com pessoas idosas, essa participação sobe para 34%, enquanto para as famílias sem idosos a percentagem é de 29%. Outro exemplo é a província de Niassa, onde a diferença é maior. A proporção de famílias com idosos no primeiro quintil é de 5 pontos percentuais maior do que a população total da província.

48. O Mapa 2 demonstra ainda, que na Zambézia, quase 30% dos agregados familiares com idosos, pertencem ao primeiro quintil. Pelo facto da proporção de famílias com pessoas idosas na Zambézia ser menor do que nas províncias do sul, é importante lembrar que esta é a província mais populosa de Moçambique e também a província com o maior número de pessoas idosas em termos absolutos. Para além das diferenças inter-provinciais, o Mapa 2 mostram também diferenças visíveis intra ou no interior das províncias.



49. Em resumo, as evidências empíricas reunidas na primeira e segunda Partes deste sumário, mostram que os moçambicanos estão a alcançar progressos, ainda que de forma lenta, na esperança de vida à nascença e nos demais grupos etários; ou seja, mesmo continuando com uma população muito jovem, as pessoas em geral vivem uma vida mais longa, tendo o efectivo de idosos aumentado. Porém, observa-se uma crescente contradição entre a conquista de maior longevidade e o agravamento das condições de vida dos idosos. Em outras palavras, os idosos aumentam a sua longevidade, mas não melhoram as suas condições de vida. É razão para perguntar - de que vale viver mais se fôr para viver pior? Perante este diagnóstico, o que fazer?

PARTE III:

PENSÃO UNIVERSAL PARA IDOSOS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

7. O Contexto Institucional Histórico da Protecção Social

50. A segunda questão enunciada no início deste sumário perguntava: Estará Moçambique a transformar o aumento da longevidade numa conquista ou num fardo para a sua sociedade? Uma das principais implicações da transição demográfica é tornar os mecanismos antigos de aposentadoria na velhice (nomeadamente ter muitos filhos) insustentáveis e inviáveis. O processo de transição demográfica e transformação dos modos de produção conduziu ao redor do mundo, ao surgimento de novos mecanismos de protecção social, baseados nos sistemas financeiros.
51. Em Moçambique, a geração de pessoas que atingiu ou está actualmente a atingir os 60 anos de idade, na altura da iniciação da sua vida economicamente activa, por diversas razões, culturais ou explicitamente ideológicas, não optou ou não pode optar pelo sistema de acumulação e capitalização solidária. Este sistema é um dos modelos de reconfiguração do sistema de protecção social. Seja ele público ou privado, no sistema de capitalização solidária ou individual, cada geração poupa e acumula ao longo dos anos para a sua própria aposentadoria na velhice, sem ter que depender das contribuições futuras dos jovens, nem constituir um peso financeiro para as futuras gerações.
52. Um outro sistema de protecção social, denominado de Repartição Social, no qual não há acumulação capitalista, as novas gerações contribuem equitativamente para a aposentadoria da geração idosa. Em Moçambique este sistema foi implementado em 1901, em modalidades muito discriminatórias. Ao longo das décadas, tal sistema foi tornando-se mais abrangente, perdendo, logo após a independência, a sua base financeira, fiscal e tributária.
53. Passados mais de vinte anos, após o retorno da paz em 1992, a questão da segurança humana, na perspectiva defendida nas pesquisas realizadas no IESE, enfrenta sérios problemas de natureza estrutural e conteúdo. Numa perspectiva estruturante *ex-ante*, em vez de *ex-post*, assistencialista e caritativa, a protecção social compreende o conjunto de mecanismos que proporcionam uma segurança humana digna, incluindo não só a segurança alimentar e económica, como também a prevenção da agressão física e psicológica (e.g. assaltos, rapto, tráfico humano).

8. Lógicas Complementares: Consumo e Acumulação

54. Os mecanismos de segurança e assistência social actualmente confrontam-se com sérios problemas de viabilidade e sustentabilidade. Apesar do relaxamento das políticas públicas intervencionistas ao longo das duas décadas passadas, os principais factores por detrás da melhoria da produtividade e da produção individual e familiar, continuam fortemente estrangidos.
55. A liberdade económica, no sentido de oportunidades reais e iguais para a generalidade da população, é extremamente limitada. A informalidade prevalecente na economia e sociedade em geral é, em grande medida, fomentada por um forte intervencionismo estatal (político, administrativo, legal) constrangedor das liberdades e dos direitos de propriedade dos cidadãos. A base produtiva para a efectiva ampliação de oportunidades de emprego é fraca.
56. Neste contexto, os sistemas financeiros, fiscais e tributários confrontam-se com fortes estrangimentos para sustentar a viabilização de diferentes sistemas de segurança social e aposentadoria, públicos e privados; precisamente os sistemas que poderão permitir aos idosos acumular, ao longo da sua vida economicamente activa, para que possam nos dias de hoje desfrutar das suas poupanças colectivas e da riqueza acumulada por via solidária ou individual.
57. Embora a questão da pobreza em Moçambique tenha sido convertida no foco principal de certas políticas e declarações oficial sobre desenvolvimento, tal como este texto tem apontado, é importante não perder de vista um

ponto fundamental. Na prática, a riqueza precisa de ser produzida, para a melhoria do bem-estar seja uma realidade e a pobreza reduzida. A razão é simples. Só a riqueza pode reduzir e eventualmente superar a pobreza, enquanto esta última é o existe e encontramos se a riqueza não for produzida.

58. Entre outros trabalhos realizados pelo IESE, esta pesquisa substancia a leitura crítica da abordagem pública do Governo e seus parceiros, às transferências monetárias para os idosos – pensões com valores monetários minúsculos e parciais ou excludentes da maioria ilegível mas não beneficiada. A partir da pesquisa do IESE, o actual foco no chamado “espaço fiscal” ou “piso fiscal”, peca por lidar com a população idosa numa perspectiva assistencialista, caritativa, ex-post, em vez de uma perspectiva estruturante, ex-ante, valorizadora e proactiva para o desenvolvimento e coesão das famílias e da população em geral.
59. Decorrente da análise anterior e outros estudos realizados pelo IESE, a questão da pensão universal do idoso, emerge como um instrumento potencialmente importante para o desenvolvimento, desde que a mesma contribua para a recuperação do poder negocial, prestígio e função social que os idosos desempenharam, durante milhares de anos na sociedade. Desde que a transição demográfica quebrou o equilíbrio e sustentabilidade do crescimento populacional, a posição do idoso tem mudado radicalmente.

9. Impacto da Pensão Universal do Idoso na Pobreza

60. A opção de se introduzir uma pensão universal, para além de evitar a discriminação negativa contra os idosos, excluídos dos benefícios da assistência social parcial, visa proporcionar mais do que o simples sustento mínimo do idoso. O sustento mínimo é importante, mas se o valor da pensão for minúsculo ou fornecido de forma irregular, perde o seu valor fundamental de devolver ao indivíduo a capacidade de continuar a contribuir e participar activamente na sociedade.

61. A Tabela 3 compara o impacto de diferentes cenários na redução da pobreza:

- Se o actual Programa de Subsídio de Segurança Básica (PSSB) se tornasse universal para idosos;
- Pensão universal do idoso a um terço do salário mínimo (2300,00 MT em 2012);
- Pensão universal do idoso igual ao salário mínimo (2300,00 MT em 2012).

Tabela 3: Impacto da Pensão Universal do Idoso na Pobreza				
		CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
	Referência Oficial	Universal para PSSB	Universal a 1/3 do salário mínimo	Universal Salário Mínimo
		MTs 500,00	MTs 767,00*	MTs 2,300.00*
Incidência da Pobreza	54.7%	53%	52.5%	48.1%
Redução da Incidência de Pobreza (pontos percentuais)	-	1.7%	2.3%	6.6%
Número de pessoas que saem da pobreza, extrapolado para 2013	-	423,665	579,182	1,640,587
Programa de Subsídio de Segurança Básica (PSSB); *De 2012 até Abril de 2013				

62. Convém referir que o valor do salário mínimo, ainda que relativamente baixo em relação a um padrão de vida internacional, quando comparado com a renda média anual per capita é significativamente mais elevado. Considerando o salário mínimo rural em 2012 (2.300,00 MT), corresponde a uma renda anual, na base do salário de 30 mil Meticais (cerca de 1.000 USD). Por outro lado, em 2011 o Rendimento Nacional Bruto per capita, convertido em dólares, usando

o método Atlas do Banco Mundial, foi estimado em 460 USD; ou seja, pouco menos de metade do salário mínimo (<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GNP.PCAP.CD>).

63. A referência anterior, em que se compara o salário mínimo nacional com a renda nacional bruta, precisa de ser tomada em consideração, numa análise mais aprofundada dos prós e contras dos cenários considerados na Tabela 3, ou outros que obedeçam à racionalidade da pensão universal do idoso.

10. Custo estimado da Pensão Universal do Idoso

64. A Tabela 4 apresenta uma estimativa do custo financeiro relativo aos três cenários considerados na Tabela 3. Os valores obtidos variam entre 1,5% e 7% do PIB. Estes valores precisam de ser contextualizados, mas os pressupostos que forem tomados em consideração (implícita e explicitamente) iram certamente determinar a avaliação dos custos e benefícios de uma pensão universal para idosos.

65. Para avaliar se os montantes são ou não elevados, ou mesmo comportáveis ou incomportáveis pela economia nacional, é indispensável que os parâmetros de referência sejam bem explicitados. Por exemplo, se a referência por detrás da avaliação continuar a ser, implícita ou explicitamente o convencional critério de assistência social de consumo simples, visando fazer face a situações de urgência ou calamidade dos chamados vulneráveis dos vulneráveis, certamente que os valores estimados na Tabela 4 serão considerados impraticáveis nas actuais condições de Moçambique.

Tabela 4: Estimativa do Custo Financeiro da Pensão Universal para Idosos			
	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
	Universal para PSSB	Universal a 1/3 do salário mínimo	Universal Salário Mínimo
	MTs 500,00	MTs 767,00*	MTs 2,300.00*
Meticais (milhões)	6,628	10,163	30,488
USD (milhões)	\$221	\$339	\$1,016
% do PIB	1.51	2.32	6.96
Programa de Subsídio de Segurança Básica (PSSB); *De 2012 até Abril de 2013			

66. Uma outra contextualização problemática seria tentar justificar a opção por um ou outro cenário, usando critérios vulgarizadores do tipo: \$400 milhões de USD equivalem ao valor de duas "pontes da Catembe" prevista para Maputo; ou a breve trecho, as receitas dos recursos naturais poderão facilmente cobrir os custos do cenário mais elevado considerado na Tabela 4.

67. Ainda que este não seja o espaço apropriado para aprofundar este debate, é importante referir que o critério mais razoável a ter em consideração, deva ser comparar os custos destes cenários, com o custo da alternativa presentemente praticada. Isto é, o custo da não universalização das transferências para idosos, enquanto se aplicam múltiplos programas, dispersos e fragmentados, como têm constado presentemente as avaliações, aos programas em implementação.

68. Qual é o custo de não se investir numa pensão universal para idosos? A partir de evidências de outros países, incluindo países vizinhos, que possuem sistemas de pensão universal para idosos, várias são as evidências sobre o seu impacto social e demográfico, sobretudo impacto na transição sustentável da fecundidade. Este assunto será aprofundado em futuras pesquisas do IESE.

PARTE IV: CONCLUSÕES

69. Tendo como referência as três questões enunciadas na Introdução. Avançamos três conclusões principais que esperamos ter como referência para a discussão no seminário, em termos das suas implicações e relevância para a melhoria das políticas públicas de protecção social em Moçambique:

- O estudo demonstra que os idosos moçambicanos são mais pobres do que o resto da população, sendo esta característica agravada, em várias partes do país, quando tomamos em conta a distribuição regional, provincial e local dos agregados familiares;
- Os moçambicanos estão a alcançar lentamente a possibilidade de viverem uma vida mais longa, mas como esta conquista não se alicerça numa nova base económica e novos mecanismos de protecção social, os idosos estão a transformam-se em vítimas do seu próprio sucesso na longevidade. É razão para perguntar: de que vale viver mais se for para viver pior?
- A proposta de uma pensão universal digna para idosos encontra justificação na racionalidade da transformação e substituição dos sistemas de protecção social antigos por sistemas de protecção social moderno, adequados aos desafios do processo de transição demográfica e económica. Neste âmbito, os custos e benefícios de uma pensão universal digna para idosos devem ser analisados e avaliados, comparando-os com os custos e benefícios da alternativa que tem sido seguida, ou seja, pensões parciais para uma minoria e exclusão generalizada da maioria dos idosos moçambicanos.